



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009531-59.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Leyse da Silva Firmiano**
 Requerido: **Raiani Cristina Silva Borges de Moraes**

Vistos.

LEYSE DA SILVA FIRMIANO pediu o despejo de RAIANI CRISTINA SILVA BORGES DE MORAES do prédio residencial situado na Rua Francisco Generoso nº 390, Parque Douradinho, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis vencidos desde 20 de agosto de 2014, somando R\$ 1.879,27.

Citada, a réu contestou o pedido, afirmando ter pago um aluguel e que apenas um mês está atrasado.

Manifestou-se a autora, insistindo no despejo.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O contrato foi firmado em 1º de agosto de 2014, para vigorar a partir do dia 3.

O aluguel seria pago no dia 20 de cada mês subsequente ao vencido (v. Fls. 11), de modo que o aluguel de agosto deveria ser pago até o dia 20 de setembro, com carência de cinco dias (fls. 12), havendo erro evidente da autora, em incluir na planilha de fls. 3 o valor proporcional de agosto, antes do vencimento do mês.

Sucedu que na data do ajuizamento da ação, 15 de outubro, já estava vencido o aluguel de agosto.

Na época da emenda da petição inicial já estava vencido também o aluguel de setembro.

Na data da contestação já estava vencido também o aluguel de outubro.

Nenhum aluguel foi pago.

É inevitável decretar o despejo, malgrado as dificuldades pessoais da ré, que não a dispensam do cumprimento do contrato e do respeito à lei, lembrando-se que sequer houve interesse na purga da mora.

O pedido não está cumulado com cobrança, pelo que irrelevante o equívoco cometido pela autora.

Diante do exposto, acolho o pedido e decreto o despejo da ré, do prédio locado, assinando-lhe o prazo de quinze dias para desocupação voluntária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Responderá a ré pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados por equidade em 10% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 12 de janeiro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**